



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ – UFC
FACULDADE DE EDUCAÇÃO – FAGED
CAMPUS BENFICA
CURSO DE PEDAGOGIA**

Leandro Brainer Pires

**A INFANTILIZAÇÃO DO MATERIAL DIDÁTICO
PARA A ALFABETIZAÇÃO NA EJA**

Fortaleza – CE

2023

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Sistema de Bibliotecas

Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

P745i Pires, Leandro Brainer.
A INFANTILIZAÇÃO DO MATERIAL DIDÁTICO PARA A ALFABETIZAÇÃO NA EJA /
Leandro Brainer Pires. – 2023.
58 f.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) – Universidade Federal do Ceará,
Faculdade de Educação, Curso de Pedagogia
, Fortaleza, 2023.

Orientação: Prof. Dr. Ronaldo de Sousa Almeida .

1. Educação de Jovens e Adultos. 2. Material didático. 3. Práticas Pedagógicas. 4.
Infantilização. I. Título.

CDD 370

Leandro Brainer Pires

**A INFANTILIZAÇÃO DO MATERIAL DIDÁTICO
PARA A ALFABETIZAÇÃO NA EJA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao
Curso de Pedagogia da Faculdade de Educação da
Universidade Federal do Ceará, como exigência
parcial para obtenção do diploma em Pedagogia,
sob orientação do Prof. Dr. Ronaldo de Sousa
Almeida

BANCA EXAMINADORA

Prof.º Dr.º Ronaldo de Sousa Almeida - Orientador
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof.ª Dr.ª Heulália Charalo Ravante - Examinadora
Universidade Federal do Ceará

Prof.ª Dr.ª Maria José Barbosa - Examinadora
Universidade Federal do Ceará

Dedico este trabalho ao amor da minha vida, minha querida esposa Priscila Brainer que me apoiou e permaneceu ao meu lado durante toda minha formação me apoiando e enfrentando todas as dificuldades durante todo meu percurso acadêmico. Dedico também aos meus pais que enfrentaram muitas dificuldades, mas nunca me permitiram deixar de estudar e nunca deixaram de torcer por mim.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço a Deus, pelo dom da vida que me deu e a força para retomar meus estudos mesmo depois de tanto tempo. Sem a força que consegui por meio da fé não conseguiria enfrentar a imensidão de dificuldades que cercaram minha vida acadêmica.

Agradeço a minha esposa Priscila Brainer que enfrentou todas as adversidades e lutou comigo me apoiando em todo o tempo para eu conseguir concluir minha graduação e sempre me incentivando a seguir minha carreira acadêmica.

Agradeço aos meus pais Clovis Luiz Brainer Pires e Edna Maria Brainer Pires por terem lutado a vida inteira para me garantir uma educação de qualidade que concedesse a capacidade de alcançar todos o meu objetivo e por mais percalços que ocorressem estavam sempre me apoiando.

Não posso deixar de agradecer a todos os professores da Universidade Federal do Ceará com quem tive a oportunidade de aprender e que me ajudaram a despertar o desejo de continuar na carreira acadêmica e nunca me deixaram desistir.

Agradeço as Professoras Heulália Charalo Ravante e Maria José Barbosa pelo respeito e confiança, e pelos valiosos ensinamentos que recebi no decorrer da minha carreira acadêmica.

Agradeço também ao meu orientador Ronaldo de Sousa Almeida que foi como uma luz no fim do túnel que me guiou no momento mais difícil da minha vida e carreira acadêmica.

RESUMO

O presente trabalho vem levantar uma questão que perdura na Educação de Jovens e Adultos que é a infantilização do material didático na alfabetização. Percorro o lado histórico para entendermos o difícil processo que a EJA, atualmente configurada como uma modalidade da Educação Básica, sempre enfrentou desde que surgiu. Primeiro por não ter objetivos de uma real educação pública estatal, mas só de catequização, arremedo e aligeiramento, depois com o objetivo de satisfazer necessidades políticas e suprir as elites. Falaremos sobre suas práticas e abordaremos, a produção e distribuição dos materiais didáticos para a educação básica e de jovens e adultos nas últimas décadas. Vale ressaltar que durante um longo período os materiais didáticos da educação para crianças eram usados também para a Educação de Jovens e Adultos, em um processo caracterizado por uma infantilização das turmas. Essa pesquisa, de caráter bibliográfico e documental, teve como referência teórica os seguintes autores: Paulo Freire (1996); Pinto (1987); Gadotti (2000). Ao final do trabalho conclui-se que, para além dos poucos avanços que tivemos, no contexto dos anos 2000, o material didático da EJA realmente foi muito negligenciado em sua produção por ser apenas uma continuação dos materiais da educação infantil e que muitas vezes, mesmo sendo produzidos especificamente para a EJA, ainda não se adequavam a realidade do público-alvo alcançado pela EJA.

Palavras-chave: Educação de Jovens e Adultos. Material didático. Práticas Pedagógicas. Infantilização.

Abstract

This work raises an issue that persists in Youth and Adult Education, which is the infantilization of teaching material in literacy. I go through the historical side to understand the difficult process that EJA, currently configured as a modality of Basic Education, has always faced since it emerged. First because it does not have the objectives of a real state public education, but only of catechization, imitation, and lightening, then with the objective of satisfying political needs and supplying the elites. We will talk about their practices and address the production and distribution of teaching materials for basic education and youth and adult education in recent decades. It is worth mentioning that for a long period educational materials for children's education were also used for Youth and Adult Education, in a process characterized by the infantilization of classes. This research, of a bibliographic and documentary nature, had the following authors as its theoretical reference: Paulo Freire (1996); Pinto (1987); Gadotti (2000). At the end of the work it is concluded that, in addition to the few advances we have made, the EJA teaching material has actually been very neglected in its production because it is just a continuation of early childhood education materials and that often, even though they are produced specifically for the EJA, still did not adapt to the reality of the target audience reached by EJA.

Keywords: Youth and Adult Education. Courseware. Pedagogical practices. Infantilization

Sumário

1. INTRODUÇÃO.....	9
2. A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO BRASIL.....	13
2.1. O que é a EJA?	13
2.2. A História da EJA no Brasil.....	16
3. PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NA EJA.....	27
3.1 O Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) e a EJA.....	32
4. MATERIAL DIDÁTICO PARA A EJA E SUAS CONTRADIÇÕES.....	35
4.1 Perspectivas futuras sobre os materiais didáticos na EJA.....	39
4.2 Afirmação dos princípios didáticos e pedagógicos na EJA.....	46
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	50
6. REFERÊNCIAS.....	52

1. INTRODUÇÃO

A EJA como modalidade da educação básica, tem como principal objetivo viabilizar a formação de estudantes que não conseguiram dentro da idade regular dar continuidade, ou até mesmo ter acesso à educação. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) - Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 – em seus Artigos 37 e 38, apresenta a responsabilidade do poder público, e das instituições com esta modalidade de ensino, assegurando o direito a um ensino gratuito e oportunidades adequadas.

Baseado nisso verifica-se a necessidade e a importância que essa modalidade de ensino tem e como precisa ser cada vez mais ampliada, tornando-se mais acessível, oferecendo um ensino de qualidade sendo apresentado de forma atrativa a esse público. Entendendo a diversidade existente e a necessidade da construção de materiais didáticos específicos para essa modalidade, que respeitem essa diversidade e compreendam que, para esses discentes que possuem uma bagagem cultural e social extensa, não podem receber os mesmos materiais disponibilizados para crianças em seu processo educativo. Os materiais didáticos e as práticas pedagógicas utilizadas devem ser desenvolvidos com foco específico para esse grupo identificando e respeitando suas peculiaridades. Como afirma Gadotti, “A educação de jovens e adultos deve ser sempre uma educação multicultural, uma educação que desenvolve o conhecimento e integração na diversidade cultural.” (GADOTTI, 2000, p. 39).

Partindo desse princípio essa pesquisa visa entender a construção dos materiais didáticos para a alfabetização na modalidade de ensino da EJA e responder ou tentar se aproximar a um entendimento das seguintes perguntas: Porque o material didático para a alfabetização na EJA ainda é pouco produzido? Por quais razões alguns educadores se utilizam de materiais infantilizados para os estudantes da EJA? Assim, buscamos refletir sobre como melhorar esses materiais para torná-los atrativos para esse público-alvo.

Destacaremos a importância de não infantilizar o material didático da EJA, buscando entender a utilização de práticas pedagógicas infantilizadoras com discentes da EJA e refletir sobre evolução no desenvolvimento dos materiais didáticos para a EJA.

Essa pesquisa nasceu do desejo de entender melhor como é realizada a construção do material didático desenvolvido para os discentes da EJA em fase de alfabetização. Objetivamos refletir sobre a necessidade de uma constante evolução no desenvolvimento dos materiais que serão utilizados na Educação de Jovens e Adultos. Buscamos apresentar conteúdos que contemplem a diversidade de idades e realidades, visando despertar o interesse dos estudantes pelo conteúdo, mostrando que a alfabetização fora da idade tradicional não é motivo para um trabalho pedagógico infantilizado, já que seu conhecimento de mundo e maturidade os permitem entender os conteúdos de maneira diferente a uma criança que está em fase de desenvolvimento e descoberta.

Procurar desenvolver materiais que aproximem os alunos, usando de artifícios que são utilizados no dia a dia dos discentes. Entender que esse público-alvo já trabalha, tem uma rotina pesada e que está buscando se alfabetizar para obter uma melhora em sua qualidade de vida. Brandão cita:

Paulo Freire pensou em um método de educação construído em cima da ideia de um diálogo entre educador e educando, onde há sempre partes de cada um no outro, não poderia começar com o educador trazendo pronto, do seu mundo, do seu saber, o seu método e o material da fala dele. (BRANDÃO, 1986, p. 89).

Quando um material destinado a educação de crianças é apresentado para um adulto, passa a ideia que esse discente está regredindo para o estado infantil e isso muitas vezes o faz perder o interesse e a motivação. Ao produzir um material com um conteúdo adequado a idade adulta e com exemplos menos infantis transmite um maior conforto para aquele adulto que está no processo de escolarização.

Os desafios da EJA exigem um olhar cuidadoso sobre as questões que podem interferir na motivação do alfabetizando, em sala de aula, uma vez que um dos fatores que dificultam a aprendizagem encontra-se no fato de o alfabetizando iniciar ou recomeçar a escolarização na fase adulta. (SOEK; HARACEMIV; SOLTZ; 2009; p. 22.).

A compreensão que esse público-alvo já tem uma bagagem e um conhecimento prévio do mundo ao seu redor, um chamado “currículo vida” é fundamento para a elaboração dos materiais didáticos e para o desenvolvimento das práticas pedagógicas adequadas as suas necessidades.

O interesse por esse assunto vem desde a minha adolescência, pois, convivi com pessoas que passaram pela EJA e por muitas vezes os acompanhava nas aulas como forma de incentivo. Após passar pela cadeira de EJA e poder ver que problemas gerados desde a sua concepção ainda são tão atuais, decidi então pesquisar e verificar se realmente essa infantilização ainda se fazia tão presente, infelizmente identifiquei que sim e que ainda hoje a EJA é uma modalidade que continua sendo negligenciada.

A metodologia usada na pesquisa é bibliográfica de caráter documental, pois busca por meios de pesquisas em documentos, artigos, monográficas e teses identificar e problematizar como são desenvolvidos os materiais didáticos utilizados na modalidade de ensino EJA e como podemos torná-los mais adequados ao seu público.

Como referenciais teóricos utilizamos os seguintes autores: Paulo Freire (1996) que nos leva a compreensão de uma prática pedagógica docente voltada para a EJA e o entendimento necessário para a construção dessa prática. Freire acreditava que o aprendizado ocorre pela troca de experiências e que o professor não é o detentor do conhecimento e sim apenas o mediador. Foca em uma pedagogia onde professores e alunos aprendam juntos gerando um diálogo permanente. Trazemos também as reflexões de Álvaro Vieira Pinto (1987) que mostra a inadequação do tratamento de um aluno da EJA ao equipara-lo a uma criança. Não considerando o adulto com saberes adquiridos, ignorando seu desenvolvimento. Com Moacir Gadotti, (2000) refletimos sobre uma educação multicultural, a integração do conhecimento a diversidade.

Buscar entender que com o uso de materiais infantis, tendo como consequência o uso de práticas pedagógicas utilizadas em crianças afasta o público-alvo da EJA, que é diverso e que por não ter tido acesso à educação pelos mais variados motivos ou simplesmente não conseguiram dar continuidade a sua caminhada acadêmica, precisam ser alfabetizados de maneira digna, com um material e práticas que acompanhem a tamanha diversidade que essa modalidade exige.

Nos próximos capítulos abordaremos sobre o que é a EJA? O processo percorrido até tornar-se uma modalidade de ensino, amparada pela constituição, validada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) e regulamentada pelo Parecer CNE/CBE nº 11/2000, percorrendo todo o seu contexto histórico, e

acompanhando todo o processo de evoluções e retrocessos vivenciados desde o início no período da colonização até os dias atuais.

Abordaremos sobre a importância das práticas pedagógicas, para entender que tais práticas ultrapassam os limites da sala de aula e seus alunos precisam sentir que são valorizados por seus conhecimentos já construídos no decorrer de suas vidas e não serem surpreendidos com práticas infantilizadoras. Será apresentado o PNLD (Plano Nacional do Livro didático) buscando entender todo o processo de construção e sua importância, para assim entender a relevância do material didático específico para a EJA e suas contradições. Abordaremos as perspectivas futuras e as afirmações dos princípios didático e pedagógicos na EJA.

2 A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO BRASIL

Iniciaremos esse capítulo falando um pouco sobre o que é a EJA – Educação de Jovens e Adultos, entendendo um pouco sobre o seu histórico, do seu início até os dias de hoje, identificaremos qual seus objetivos e alguns de seus marcos legais para entendermos o caminho percorrido até aqui.

É necessário compreender o processo histórico, para entendermos seus objetivos, avanços ou retrocessos durante o período de sua criação até os dias atuais, pois a Educação de Jovens e Adultos é uma necessidade presente. Verificando os dados sobre analfabetismo no Brasil segundo o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) existem aproximadamente 10 milhões de pessoas com mais de 15 anos analfabetas no Brasil em 2022. Corresponde a 5,6% da população nacional. Segundo a PNAD continua 22 (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) realizada pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

Ao ver esses dados pode-se perceber que o Brasil ainda está longe de erradicar o analfabetismo. Mesmo com suas conquistas a EJA ainda precisa alcançar milhares de pessoas que não estão sendo contempladas com o direito a educação conquistado pela Constituição.

Precisamos entender a história para conseguirmos enxergar o presente e saber o que e o quanto ainda falta para alcançarmos o tão grandioso desejo que todo cidadão seja alfabetizado de maneira escolar, social e política. Se tornando uma pessoa capaz de melhorar a sua vida e a do seu entorno.

2.1 O que é a EJA?

A EJA – Educação de Jovens e Adultos é uma modalidade de ensino voltada aos jovens, adultos e idosos que não tiveram acesso à educação escolar na idade convencional. Foi assegurada como direto na Constituição Federal de 1988 por meio do artigo 208, inciso I que diz:

O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:

I - Educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria; (Redação dada pela Emenda

Constitucional nº 59, de 2009) (Vide Emenda Constitucional nº 59, de 2009)
(BRASIL ,1988)

Essa modalidade de ensino foi validada a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) – em seus Artigos 37 e 38 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

A educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria. §1º Os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e aos adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames. §2º O Poder Público viabilizará e estimulará o acesso e a permanência do trabalhador na escola, mediante ações integradas e complementares entre si. (BRASIL ,1996)

Em 10 de maio de 2000 é aprovado o Parecer CNE/CBE nº 11/2000 um documento que veio regulamentar a EJA, buscando corrigir os erros cometidos no passado e oferecer o suporte necessário para o desenvolvimento da EJA.

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) representa uma dívida social não reparada para com os que não tiveram acesso a e nem domínio da escrita e leitura como bens sociais, na escola ou fora dela, e tenham sido a força do trabalho empregada na constituição de riquezas e na elevação de obras públicas. Ser privado deste acesso é, de fato, a perda de um instrumento imprescindível para uma presença significativa na convivência social contemporânea (PARECER CNE/CEB 11/2000, p.5).

De acordo com o Parecer CNE/CBE nº 11/2000, foram atribuídas três funções à EJA: A função reparadora que visa reparar uma dívida histórica, restaurando o direito a um ensino de qualidade. A função equalizadora que busca inserir no sistema educacional trabalhadores e outros segmentos antes negligenciados pela sociedade como donas de casa, imigrantes, aposentados e encarcerados. Função permanente ou qualificadora que tem como objetivo ofertar a todos a atualização de conhecimentos por toda a vida.

Esse parecer veio nortear aspectos importantíssimos da EJA, como o ensino noturno que atende ao público trabalhador jovem e adulto e destacando a importância da formação de professores para a EJA:

Com maior razão, pode-se dizer que o preparo de um docente voltado para a EJA deve incluir, além das exigências formativas para todo e qualquer

professor, aquelas relativas à complexidade diferencial desta modalidade de ensino. Assim esse profissional do magistério deve estar preparado para interagir empaticamente com esta parcela de estudantes e de estabelecer o exercício do diálogo. Jamais um professor aligeirado ou motivado apenas pela boa vontade ou por um voluntariado idealista e sim um docente que se nutra do geral e também das especificidades que a habilitação como formação sistemática requer. (BRASIL, 2000a, p. 56).

É importante os educadores compreenderem a necessidade de conhecer esses instrumentos e lutarem para que de fato sejam aplicados adequadamente em ações pedagógicas.

Por mais que tenha conseguido o aparato legal necessário a EJA está longe de ser oferecida como a lei propõe. A EJA é disponibilizada na forma presencial assim como na Educação a Distância (EAD) de forma gratuita, porém ainda não consegue contemplar todo seu público, pois, dentre outros fatores, ainda está ligada a uma idealização de alunos e professores. Na realidade ainda existem muitas dificuldades de acesso ao ensino, pois, existem fatores sociais como: a falta de oferta de turmas onde há demanda, a falta de acesso a transporte que faça o traslado do aluno até os locais onde são oferecidos de maneira presencial, no caso da existência do transporte existe também a questão da falta de condições financeiras; a falta de acesso à internet para onde é oferecido em forma de EAD. Vale recordar que grande parte do público que precisa da EJA é composta por pessoas de baixa renda, trabalhadores do campo e urbanos, e pessoas que vivem em localidades afastadas onde não possui acesso nem a seus direitos básicos como a água e a eletricidade.

Não podemos deixar de mencionar que ao falar de Educação de Jovens e Adultos no Brasil, não podemos deixar de falar sobre Paulo Freire e suas contribuições a essa modalidade de ensino. Ao gravar seu nome internacionalmente Freire tornou-se inicialmente conhecido pelo método de ensino que leva seu nome e que teve como foco a alfabetização de adultos, desenvolvendo um pensamento pedagógico firmemente político, seu principal objetivo era uma educação voltada diretamente para o combate ao analfabetismo, porém, não só se referindo ao analfabetismo escolar, mas ao político. Paulo Freire educava para o aluno conseguir uma visão política do mundo ao seu redor, não só através das letras, mas com seu auxílio entender e perceber suas experiências, seu lugar no mundo, cultura e história.

Freire lutava por um tipo de educação que denominou de educação libertadora, uma educação que libertassem aqueles que estavam sendo oprimidos e não

conseguiam sair desse meio de opressão. O que Freire desejava não era uma educação que gerasse novos opressores e sim uma educação que libertasse os oprimidos e esses libertos contribuíssem para a continuidade dessa educação, libertando cada vez mais pessoas, lutando diretamente contra o analfabetismo e buscando uma mudança realmente significativa.

Não deixando de citar a importância dos docentes nesse processo criado por Freire, nessa educação libertadora. Com o passar dos anos muitos estudiosos perceberam a importância de profissionais que entendessem a responsabilidade de serem verdadeiros agentes de mudança, fontes de transformação social. Por meio do que ensinavam transformavam pessoas excluídas da sociedade em pessoas com senso crítico de responsabilidade e com as habilidades necessárias para melhorarem o mundo ao seu redor.

O respeito devido à dignidade do educando não me permite subestimar, pior ainda, zombar do saber que ele traz consigo para a escola. [...] Isto exige de mim uma reflexão crítica permanente sobre minha prática através da qual vou fazendo a avaliação do meu próprio fazer com os educandos. (FREIRE, 1996, p. 64)

Ainda existe um longo caminho a percorrer e várias questões sociais que precisam ser solucionadas. É preciso que a idealização se torne realidade e consiga alcançar verdadeiramente as pessoas que necessitam dessa modalidade de ensino, consigam uma educação que mude a sua realidade tornando-os cidadãos conscientes dos seus direitos e deveres e mudem não apenas sua realidade, mas a do próximo e que cada vez mais pessoas tenha acesso a esse tipo de educação.

Para oferecer uma educação que mude a realidade daqueles que a recebem, é preciso oferecer todas as ferramentas necessárias para seu desenvolvimento, por isso é fundamental a criação de materiais didáticos específicos para EJA, matérias de qualidade e que se adequem a realidade dos estudantes dessa modalidade de ensino e ofereçam o devido suporte para o professor.

2.2 A História da EJA no Brasil

A educação de jovens e adultos está em processo de desenvolvimento e ainda tem muito a evoluir, é considerada ainda jovem no campo educacional Brasileiro, pois,

mesmo tendo seu início no período colonial e do império só foi ser inserido no sistema educacional com o suporte governamental vários anos depois.

Os primeiros sinais da educação de jovens e adultos no Brasil surgiram no período da colonização que tinha como viés principal a educação religiosa. Foi iniciada pelos padres Jesuítas em 1549 através da Companhia de Jesus e tinha como principal objetivo introduzir a fé católica nos índios. Ensina-los a ler e escrever para introduzir sua cultura, a fé católica, pois, era uma exigência Portuguesa. Nesse período a educação para adultos tinha apenas esse aspecto doutrinador e nenhum objetivo educacional, apenas no império algumas mudanças ocorreram gerando reformas que priorizaram o ensino para adultos analfabetos que ocorriam no período noturno, sendo por um longo período o único meio utilizado para que aqueles adultos que quisessem aprender a ler e escrever fossem alfabetizados.

O que representava a alfabetização para os jesuítas a ponto de quererem, desde o início, alfabetizar os índios, quando nem em Portugal o povo era alfabetizado? Mais do que o resultado dessa intenção, interessante é observar a mentalidade. As letras deviam significar adesão plena à cultura portuguesa (PAIVA, 2000, p. 43).

A educação no período Imperial se limitava as escolas noturnas para adultos e mesmo assim voltada para uma elite brasileira. Com a constituição de 1824 foi garantida a instrução primária de forma gratuita para todos os cidadãos, porém como no período apenas uma pequena parcela da população possuía cidadania e essa parcela era exatamente de uma elite econômica não obteve bastante impacto na sociedade. Apesar da obrigatoriedade a responsabilidade pela instrução primária foi repassada para as províncias que não tinham grandes recursos e por esse motivo não conseguiam garantir a aplicação da lei já que a educação das elites econômicas continuou sendo assegurada pelo governo imperial.

A década de 30 já no período da república foi marcada pela constituição de 1934 que trouxe um capítulo referente a educação e que estabelece a educação sendo um direito de todos e deve ser ministrada pela família e pelos Poderes Públicos. Também nessa constituição foi criado o (PNE) Plano Nacional de Educação que estabelecia o ensino primário integral gratuito e de frequência obrigatória extensivo aos adultos. Nesse período a economia estava em ascensão com o advento da industrialização, porém é marcado por grandes lutas a respeito da educação, pois, por mais que a industrialização estivesse crescendo e trazendo consigo uma melhoria

para a economia as benesses adquiridas com esse crescimento não alcançavam a classe operaria. Não havia uma iniciativa do poder público para trazer essa educação para os jovens e adultos, as lutas partiam dos movimentos populares. Nesse momento existia um conceito dizendo que o Brasil era um país subdesenvolvido por ter um alto índice de analfabetismo o que na verdade era exatamente o contrário o país tinha muitos analfabetos por ser subdesenvolvido. Vale ressaltar que o subdesenvolvimento tinha uma intencionalidade, pois, até certo ponto era desejável para as "elites" que o utilizava como projeto político.

Na década de 40 ocorreram alguns avanços significativos na educação que englobavam a EJA. Durante esse período o Brasil passava por uma grande estagnação econômica e em busca de melhorar entendeu-se a necessidade de uma população alfabetizada para que pudessem se qualificar e conseguir acompanhar o desenvolvimento industrial emergente.

Em 1942 foi criado o FNEP – Fundo Nacional de Ensino Primário que teve como seu principal objetivo garantir os fundos de forma permanente para o ensino primário. A intenção do FNEP era garantir um ensino de qualidade para as classes mais desfavorecidas, pois, a desigualdade econômica entre os municípios era relevante gerando assim uma formação desorganizada e desigual.

Em 1947 foi lançada a Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos – (CEAA) por meio da estruturação do Serviço de Educação de Adultos – (SEA) do Ministério de Educação.

A CEAA criada em 1947 foi a primeira campanha de nível nacional criada pelo SEA e tinha como objetivo principal combater o analfabetismo no meio urbano, assim como no meio rural. Segundo Paiva (1987) essa campanha foi marcada por duas estratégias: A primeira referente aos planos de atuação extensiva, traduzindo a importância dada à alfabetização de grande parte da população. A segunda se restringia ao desenvolvimento de trabalhos visando dar capacitação profissional e desempenho junto à comunidade.

Teve como foco o trabalho educativo visando alcançar o maior público oferecendo uma educação de qualidade, preocupando-se com áreas como a orientação pedagógica e os planejamentos. Materiais didáticos foram criados especificamente para a campanha, no entanto mesmo preocupando-se em fornecer um material de qualidade a produção ainda ficou voltada para o público infantil, os

mesmos materiais oferecidos para a alfabetização de crianças foram utilizados para a educação de jovens e adultos tornando um material infantilizado e pouco atrativo para os alunos da EJA.

A CEAA nasceu da regulamentação do FNEP e seu lançamento se fez em meio ao desejo de atender aos apelos da UNESCO em favor da educação popular. No plano interno, ela acenava com a possibilidade de preparar mão-de-obra alfabetizada nas cidades, de penetrar no campo e de integrar os imigrantes e seus descendentes nos Estados do Sul, além de constituir num instrumento para melhorar a situação do Brasil nas estatísticas mundiais de analfabetismo (PAIVA 1987, p. 178).

Além de um material infantilizado para os alunos da EJA, ainda existiam outros problemas que dificultava o desenvolvimento da campanha, pois muitas das salas disponibilizadas não tinham condições adequadas, os docentes não eram valorizados e até mesmo os materiais disponibilizados chegavam sem condições de uso tornando assim pouco atrativo ou até mesmo viável para os alunos.

De acordo com Stephanou e Bastos (2005), essa campanha apresentava ações dispersas e desconexas, realidades vivenciadas em campanhas anteriores e que os projetos propostos eram mais uma forma de superação de críticas, subsídios e que juntos determinaram seu fim.

Em 1958 iniciou-se CNEA – Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo que procurou corrigir alguns erros das campanhas anteriores, pois o índice de analfabetismo chegou a abranger mais da metade da população chegando a alcançar os 51,75%. Também em 1958 foi criada a CNER – Campanha Nacional de Educação Rural que tinha o objetivo de formar professores para as áreas rurais e que não se limitavam em apenas alfabetizar, mas tinha a preocupação de gerar cidadãos conscientes e bem-informados, pois, para o MEC que durante esse período também se responsabilizava pela saúde um povo bem instruído e informado era capaz de transformar a sua realidade e adoecia menos.

Nesse período da década de 50 vale ressaltar que o principal objetivo e os planos criados estavam estritamente ligados a aquisição do poder do voto, pois só poderiam votar quem fosse alfabetizado e com o intuito de aumentar significativamente a quantidade de cidadãos com o direito de votar. A sempre algum interesse político e ligação com as elites para a manutenção dos seus objetivos.

Devido às escassas oportunidades de acesso à escolarização na infância ou na vida adulta, até 1950, mais da metade da população brasileira era analfabeta, o que a mantinha excluída da vida política, pois o voto lhe era vedado (DI PIERRO; VÓVIO; ANDRADE, 2008, p. 25).

Em contrapartida existiam movimentos populares que tinha o real objetivo de alfabetizar a população, um dos movimentos que teve uma representatividade significativa foi o SIREPA, já que na época o meio de comunicação mais utilizado e mais popular era o rádio. O SIREPA – (Sistema Radio Educativo da Paraíba) foi criado em 1959 e tinha como objetivo promover a educação de jovens e adultos por intermédio do rádio. Foi extinto em 1969, no entanto durante uma década foi bastante utilizado e várias regiões do país, de acordo com o relato feito por Celso Scocuglia no livro *A educação de jovens e adultos: histórias e memórias da década de 60* (Cap. 1 – Alfabetização de adultos pelo rádio, p. 19-77)

Apesar de inícios fortes e expansão massiva as campanhas não alcançaram os objetivos desejados e após várias críticas todas as campanhas criadas pelo MEC tiveram seus fins consolidados em 1963.

A partir da década de 60, um novo olhar sobre o desafio da alfabetização começou a surgir, pois, após o fracasso das campanhas anteriores surge uma referência para a alfabetização popular e para a educação de jovens e adultos chamado Paulo Freire. O analfabetismo começou a ser visto não apenas como um problema educacional, mas também, como um problema social. Para Freire é “a leitura de mundo que precede sempre a leitura da palavra (FREIRE, 2000, p.90).

Ao observar a aceitação e o sucesso obtido por Freire foi designado para a criação do Programa Nacional de Alfabetização de Adultos – (PNAA) em 1963. Que continha o ideal de uma educação crítica, visando a formação de cidadãos capazes não apenas de ler e escrever, mas com a capacidade de entender o mundo ao seu redor civil e politicamente capaz de analisar criticamente e não ser apenas doutrinados e manipulados pelos governantes e os de classe social mais elevada.

Segundo Scortegagna & Oliveira, (2006), Freire acabou por se tornar um marco teórico na Educação de Adultos, desenvolvendo uma metodologia própria de trabalho, que unia pela primeira vez a especificidade dessa Educação em relação a quem educar, para que e como educar, a partir do princípio de que a educação era um ato político, podendo servir tanto para a submissão como para a libertação do povo. Freire tinha como objetivo mostrar para os analfabetos a importância de saber ler e escrever

e como isso os ajudaria a serem introduzidos em outra realidade. Freire entendia que é “uma educação para a decisão, para a responsabilidade social e política.” (1983, p.12). Infelizmente logo em seguida ocorre o golpe militar em 1964 interrompendo sua criação.

Foi criado também na década de 60 o MEB – (Movimento de Educação de Base). Esse movimento foi criado pela igreja católica com o intuito atender a educação de base, valorizava o aluno que estava em processo de alfabetização e reconhecia que esse aluno também produzia conhecimento. Foi o único movimento que sobreviveu ao Golpe, porém para manter a sua existência precisou passar por readequações.

Com o golpe de 1964 Freire e todos que estavam vinculados a criação do PNAA e dispostos a oferecer uma educação mais progressista foram duramente perseguidos e muitos exilados.

No ano de 1967 com a lei 5379 o Governo assumiu o controle da alfabetização de jovens e adultos criando o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL) que estava voltado principalmente para a população entre 15 e 30 anos e tinha como objetivo uma alfabetização funcional retirando toda a criticidade e problematização, voltado apenas para a aquisição da leitura, escrita e cálculos.

A repressão foi a resposta do Estado autoritário à atuação daqueles programas de educação de adultos cujas ações de natureza política contrariavam os interesses impostos pelo golpe militar. A ruptura política ocorrida com o movimento de 64 tentou acabar com as práticas educativas que auxiliavam na explicitação dos interesses populares. O Estado exercia sua função de coerção, com fins de garantir a “normalização” das relações sociais. (HADDAD, e DI PIERRO, 2000. P. 113)

O MOBRAL tinha como objetivo inicial a alfabetização de 11,4 milhões de adultos até o final do ano de 1971, porém, só começou a funcionar de maneira plena a partir de setembro de 1970, impossibilitando assim alcançar tal meta. Organizava-se, portanto, nas esferas federal, estadual e municipal criando comissões que buscavam desde recursos, mão de obra até o público a ser alfabetizado.

Beisiegel (1982) afirma que o MOBRAL buscava instituir um movimento permanente de alfabetização e semiprofissionalização de adolescentes e adultos, durável enquanto persistissem as elevadas taxas de analfabetismo observadas no país.

O público-alvo inicial estava restrito as pessoas da faixa etária entre 15 e 30 anos, porém, em 1974 é incluída a faixa etária de 9 a 14 anos. Por não oferecer uma educação de qualidade e por não conseguir alcançar as metas que lhes foram propostas o MOBRAL passou a ser bastante criticado e desacreditado inclusive pelo público-alvo. De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio - (PNAD) realizada pelo IBGE em 1974, mostrou um índice de analfabetismo de 24%, que foram confirmadas no censo de 1980 demonstrando que não houve um avanço real no combate ao analfabetismo no decorrer da década de 70, mostrando a ineficácia do MOBRAL. Além de não conseguir alcançar as metas estabelecidas, por não oferecer uma educação de qualidade, limitando apenas aos saberes: ler, escrever e contar, levou a comunidade civil a até mesmo usá-lo como um termo pejorativo, indicando que as pessoas que passaram pelo programa tinham baixa instrução.

Vale entender que todos os programas que existiram na década 30, 40 e 60 produziram e distribuíram bastante material didático, incluindo materiais sobre saúde, alimentação, voltados para a construção de um ser que compreendia o mundo ao seu redor, como Paulo Freire dizia que leitura do mundo precede a leitura da palavra (FREIRE, 1989). Precisamos entender quem somos, onde estamos, no meu trabalho quem ganha? Porque eu ganho pouco? Entender quem sou eu nessa estrutura? Porque quando eu entendo eu posso lutar, passo por um processo de emancipação e ao me emancipar posso trazer benefícios para a minha realidade atual, comunidade, para aqueles que estão a minha volta. Para Freire “o homem não para de educar-se, sua formação é permanente e se funda na dialética entre teoria e prática” (2000.p.40).

Em contrapartida os materiais criados durante toda a década de 70 estavam totalmente voltados para o ensino mecanizado e limitado ao escrever, ler e contar deixando de fora tudo que pudesse tornar o aluno uma pessoa crítica e ciente do que estava acontecendo nesse período. Esses materiais e tipos de ensino eram nutridos pelo medo de rebeliões ou algum tipo de manifestação, já que nesse período a ideia principal era conter as massas e criar programas que alfabetizassem o suficiente para qualificar, o suficiente para gerar uma mão de obra mais qualificada e baixar os índices de analfabetismo para fortalecer a ideia de um governo que não precisava de aportes estrangeiros.

Com a abertura do governo a partir da década de 80 passaram a existir projetos de pós alfabetização que tinha como objetivo aprofundar o ensino da escrita e das

operações matemáticas básicas. Com a extinção do MOBREAL em 1986 surge para substituí-lo a Fundação EDUCAR que tira basicamente a responsabilidade do governo da execução dos projetos e materiais e passar a financiar e apoiar tecnicamente as iniciativas existentes.

Para Haddad e Di Pierro (1994), de muitas formas, a Fundação Educar representou a continuidade do Mobral, levando em conta algumas mudanças como sua subordinação à estrutura do MEC e sua transformação em órgão de fomento e apoio técnico, e não apenas em uma instituição de execução direta:

Houve uma descentralização das suas atividades, apoiando técnica e financeiramente iniciativas de educação básica de jovens e adultos conduzidas por prefeituras municipais ou instituições da sociedade civil. ((HADDAD, e DI PIERRO, 1994 p. 3).

De acordo com o Decreto nº 92.374 de 06 de fevereiro de 1986 a Fundação Educar estabelecia sua jurisdição em todo território Nacional tendo sua sede e foro na cidade do Rio de Janeiro. Era destinado para aqueles que não tiveram acesso a escola ou foram excluídos de alguma maneira. Para alcançar seus objetivos a Fundação EDUCAR precisava fazer convênios ou contratos tanto com os órgãos públicos nas esferas federal, estadual e municipal, assim como as entidades privadas.

Na década de 90 o Governo Federal transfere a responsabilidade da educação de jovens e adultos para os estados e municípios e durante esse período ocorrem algumas conferências organizadas pela UNESCO. Em 1990 ocorre a Conferência Internacional de Educação de Jovens na Tailândia em Jomtien, onde foram criadas as diretrizes mundiais sobre educação para todos. A declaração feita foi aplicada em todos os países participantes da conferência estando o Brasil dentre eles. Em 1998 a Lei de diretrizes e Bases – LDB 9394/96 apresenta dois artigos (37 e 38) no capítulo II, seção 5 dedicados a Educação de Jovens e Adultos. Ao ser introduzida na LDB como modalidade da educação básica ele perde o seu caráter de supletivo e passa a uma política de Estado e torna-se acessível a qualquer um que não tenha tido acesso ao ensino ou por alguma circunstância não conseguiram concluir o ensino fundamental.

Também na década de 90 exatamente em 1996 o Programa de Alfabetização Solidária (Alfasol), foi um programa que obteve destaque por ser de iniciativa não governamental e se destacou no cenário nacional. Esse programa tinha como

prioridade levar a alfabetização para os municípios com os maiores índices de analfabetismo, situados principalmente nas regiões Norte e Nordeste, pois essas regiões estavam com índices bem abaixo dos nacionais. O programa visava combater o analfabetismo dessas regiões para que pudessem se igualar aos índices nacionais.

A partir dos anos 2000 cria-se um grande marco para Educação de Jovens e Adultos, pois através das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos através do parecer CNE/CBE 11/2000 CNE/CBE 01/2000 ocorrem mudanças significativas como a extinção do termo supletivo, o limite de idade passa a ser de 14 anos para o ensino fundamental e 18 anos para o ensino médio. Atribui a EJA algumas funções demonstrando que o Governo Federal passa a assumir a responsabilidade pela EJA, anteriormente deixadas nas mãos dos estados e municípios. Tais funções são:

Função Reparadora: O poder público entende a sua responsabilidade sobre os estudantes que por algum motivo não tiveram a oportunidade de estudar ou não conseguiram concluir seus estudos. Entende e se responsabilizar por não ter oportunizado a todos o direito a educação e por esse motivo precisa reparar o dano causado a essas pessoas. É necessário oferecer uma educação de qualidade e de maneira igualitária.

Função Equalizadora: É necessário o fornecimento de subsídios para cada aluno. Ofereça um ensino que oportunize um aprendizado que mesmo com suas especificidades todos consigam chegar no objetivo desejado. É preciso que várias pessoas e idades diferentes possam se desenvolver, permitindo a troca de informações e experiências que ajudem a todos a ter oportunidades iguais.

Função Qualificadora: Refere-se a uma educação continuada de caráter permanente. É preciso existir uma conexão com o mercado de trabalho, já que o público-alvo da EJA são de pessoas que já estão inseridas no mercado de trabalho e buscam aperfeiçoamento. Essa falta de conexão é que alimenta a imensa evasão, pois sem essa ligação o aluno perde o interesse por não saber em que lhe seria útil.

Com o início do governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2003 – 2006) foram criados alguns programas visando uma melhoria no ensino da EJA. Em 2003 foi criada a Secretaria Extraordinária de Erradicação do Analfabetismo, que teve como primeiro ato a criação do programa Brasil Alfabetizado, que propunha acabar com o analfabetismo entre jovens a partir de 15 anos, adultos e idosos e era direcionada ao

desenvolvimento de projetos que tinham o foco na alfabetização de jovens e adultos e na formação de alfabetizadores.

Em 2004 foi criada a SECAD – Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Foi criada através do decreto 5.159/2004. Tinha como objetivo auxiliar os governos estaduais e municipais a buscar soluções que suprissem as necessidades educacionais da EJA.

Em 2005 foi criado o PROJOVEM - O Programa Nacional de Inclusão de Jovens: educação, qualificação e ação comunitária. Este programa foi direcionado especialmente para o público juvenil entre 18 e 24 anos que não conseguiram terminar o ensino fundamental e teve como foco a qualificação para o mercado de trabalho.

Também em 2005 foi criado o PROEJA - Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na Modalidade Educação de Jovens e Adultos. Oferecia um ensino profissional e técnico, tinha como público-alvo os jovens e adultos que buscavam qualificação, uma certificação para uma melhor inserção no mercado de trabalho.

No ano de 2011 já no governo da presidente Dilma Rousseff foi criado o PRONATEC – Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego. Foi amplamente difundido por oferecer bolsas para cursos técnicos, profissionalizantes de curta duração e para educação continuada.

Ao assumir o governo em 31 de agosto de 2016 o presidente Michel Temer tomou algumas decisões que afetaram diretamente a Educação de Jovens e Adultos, pois, além de revogar a nomeação de 12 conselheiros do Conselho Nacional de Educação nomeados pela presidente Dilma Rouseff em maio de 2016.

Após várias modificações realizadas ao assumir o Presidente Michel Temer cancelou o Programa Brasil Alfabetizado criado pelo MEC desde 2003, ainda do governo do presidente Luiz Inacio Lula da Silva. Nesse período o Brasil possuía um índice de analfabetismo elevadíssimo chegando a 8,3% da população, aproximadamente 13 milhões de pessoas segundo pesquisa realizada pelo PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) realizada pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

A EJA a partir daí começou a perder espaço gradativamente no Governo Federal, já em 2019 no governo de Jair Bolsonaro a EJA sofre mais uma perda com a extinção da Comissão Nacional de Alfabetização de Jovens e Adultos (CNAEJA) que era composta por representantes da sociedade civil e de movimentos sociais por meio do decreto 9.759 de 11 de abril de 2019.

A Educação de Jovens e Adultos desde o seu início é composta por várias lutas, conquistas e derrotas, foi utilizada durante muitos anos para satisfazer as necessidades da elite dominante e pelo meio religioso perdendo muitas vezes o real sentido da Educação de Jovens e Adultos. Hoje ainda passa por grandes dificuldades, mas a esperança de novas conquistas com a mudança recente na Presidência da república. O mais importante é lembrar que no meio dessa batalha política quem sempre acabar perdendo é o povo que continua sofrendo, vivendo marginalizados por não ter acesso à educação que é direito de todos.

Por isso é necessário entender a importância da criação de um material didático voltado totalmente para a EJA, visando oferecer um material que se aproxime da realidade dos seus alunos e que o professor consiga utilizá-lo como uma ferramenta de transformação, suprimindo as suas necessidades e de seus alunos.

A criação de uma política pública voltada especificamente para a produção de livros e materiais didáticos para a EJA é uma necessidade urgente que tem sido negligenciada e precisa ser encarada de maneira mais responsável.

3. PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NA EJA

A prática pedagógica não está restrita apenas ao que ocorre dentro das escolas, ela é mesclada aos fenômenos que estão ligados os seus estudantes, fazendo ligações nos aspectos sociais, políticos, culturais e educativos. Dessa forma a prática pedagógica pode ser vista por muitos ângulos e cabe ao docente atuar como esse mediador de conhecimentos, adquirindo um novo significado a sua prática, respeitando todos os presentes em sua sala de aula, entendendo suas peculiaridades percebendo suas diferenças. Ofertando assim uma formação crítica, levando seus alunos a buscarem seu próprio desenvolvimento, da sua comunidade, logo a do seu país. De acordo com Veiga (1992, p.16), a prática pedagógica é “uma prática social orientada por objetivos, finalidades e conhecimentos, é inserida no contexto da prática social. A prática pedagógica é uma dimensão da prática social”.

A EJA possui uma difícil missão, pois, tem como objeto transformar a vida de pessoas jovens, adultas e idosas, por todo o processo de escolarização, ofertando não apenas um ensino escolar de qualidade, mas uma educação libertadora. Como foi citado por Freire (1996, p.47) “Ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção”. Por muito tempo a Educação de Jovens e Adultos foi vista apenas como um meio para alcançar índices e propósitos fortemente ligados ao cunho religioso como no período da colonização e do império, em seguida na década de 30 e 40 objetivavam a qualificação para acompanhar o processo de industrialização que estava se expandindo e precisava que o país deixasse de ser visto como um país subdesenvolvido por ter um alarmante número de pessoas analfabetas. Na década de 50 com a necessidade de aumentar o contingente de pessoas aptas a votar e na década de 60 ao se dar início a uma perspectiva diferente com a ascensão de Paulo Freire logo é subjugada com o golpe militar.

Mesmo a EJA sendo de grande importância para uma parte grande da população, sua imagem foi por muito tempo a de uma educação decadente e que seus alunos não obtinham qualificação suficiente estando voltada apenas para o básico de ler, escrever e contar. Sendo visto dessa forma a EJA estava sempre com um alto índice de evasão, pois, seus alunos se desmotivavam, não conseguiam ver como aquilo causaria uma mudança real na sua vida, já que o público da EJA é

constituído em sua maior parte de pessoas que já estão no mercado de trabalho e precisam das habilidades básicas necessárias para galgar novos cargos e um salário mais adequado.

É uma situação muito complexa para o professor da EJA encarar a responsabilidade de adequar suas práticas pedagógicas para esse público, é preciso que ele reconheça o estudante para que ele possa se perceber como construtor do seu conhecimento, conectar o conhecimento ali gerado com a vida desses jovens e adultos e mostrar sua relevância. É preciso buscar sempre um aperfeiçoamento para esse docente que está ali na linha de frente lutando para oferecer um ensino adequando mesmo que de forma acelerada para se adequar ao tempo disponibilizado para essa educação. Mesmo com suas limitações o professor precisa formar alunos que pensem de forma crítica que reflitam sobre o mundo a sua volta para não ficarem limitados ao que esse modo limitado de aprendizado quer oferecer. Refletindo sobre isso Freire afirma:

Alfabetização é mais que o simples domínio mecânico de técnicas para escrever e ler. Com efeito, ela é o domínio dessas técnicas em termos conscientes. É entender o que se lê e escreve o que se entende. (...) Isto faz com que o papel do educador seja fundamentalmente diálogos com o analfabeto sobre situações concretas, oferecendo-lhes os meios com que os quais possa se alfabetizar. (FREIRE, 1989, p.72).

Por um grande período da história da EJA os docentes que participavam diretamente eram muito desvalorizados, pois, no início, como a EJA tinha um objetivo restrito e vinculado diretamente a religião o caráter era mais filantrópico e feito por docentes que não eram remunerados e quando eram sua remuneração era irrisória. Então a forma que os adultos eram alfabetizados era um reflexo da educação infantil, os materiais eram os mesmos usados para educação das crianças gerando um sentimento de desvalorização que até hoje ainda é um dos maiores responsáveis pela evasão escolar. “Não existe docência sem discência”. (FREIRE, 1996. pg 12.)

Para que haja uma maior compreensão e após verificarmos em vários artigos publicados, sempre que citam a questão das práticas pedagógicas infantilizadas, remetem-se ao docente, como se a responsabilidade ficasse apenas no professor, desde a década de 80 os cursos de licenciaturas e pedagogias não tinham seus olhos voltados para a educação de jovens e adultos.

No que versa sobre o campo da EJA, em fins da década de 1980, instituições de ensino superior debateram a atuação do pedagogo e sua habilitação. ... sua matriz de formação era de fato o magistério dos anos iniciais do 1º grau. A partir daí, alguns cursos de pedagogia passaram a ter ênfases específicas em suas habilitações. (AMORIM, A.; DUQUES, M. L. F, p. 230)

No início não era necessário ter uma licenciatura para atuar na área de educação básica foi com a Lei de Diretrizes e Bases de 1996 em seus artigos 62 e 63 que estipulou que para lecionar na educação básica precisava ter uma licenciatura ou formação pedagógica.

Art. 62. A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura plena, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nos cinco primeiros anos do ensino fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade normal.

Art. 63. Os institutos superiores de educação manterão:(Regulamento)

I - Cursos formadores de profissionais para a educação básica, inclusive o curso normal superior, destinado à formação de docentes para a educação infantil e para as primeiras séries do ensino fundamental;

II - Programas de formação pedagógica para portadores de diplomas de educação superior que queiram se dedicar à educação básica;

III - programas de educação continuada para os profissionais de educação dos diversos níveis. (BRASIL, 1996)

Vale ressaltar pelas citações acima que durante muito tempo o ensino básico infantil foi negligenciado, mostrando que não era necessário ter um curso de licenciatura ou uma formação pedagógica para lecionar na educação básica. Apenas após a LDB de 1996 que passou a possuir essa exigência.

Entendendo que para a educação básica não havia exigências para lecionar, na EJA a exigência era muito menor. Durante muitos anos foi gerida por entidades civis onde o docente era na verdade alguém que possuía um certo nível de instrução e se disponibilizava a ensinar as turmas de EJA que por muito tempo se limitavam as aulas noturnas. Então quando falamos de práticas pedagógicas infantilizadoras precisamos entender que isso não é algo novo e que durante muito tempo foi realizada da maneira que aqueles que se disponibilizavam, usando o material que lhes era fornecido e que vinham da educação básica, estruturados totalmente para a educação infantil.

Os debates a respeito da formação e qualificação tiveram uma reviravolta apenas em 2006. Foi aprovado pelo Conselho Nacional de Educação pela Resolução

n° 01, de 15/05/2006 (BRASIL.MEC/CNE,2006) as diretrizes curriculares nacionais para os cursos de Pedagogia.

Art. 1º A presente Resolução institui Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia, licenciatura, definindo princípios, condições de ensino e de aprendizagem, procedimentos a serem observados em seu planejamento e avaliação, pelos órgãos dos sistemas de ensino e pelas instituições de educação superior do país, nos termos explicitados nos Pareceres CNE/CP nos 5/2005 e 3/2006.

Dessa forma foi atribuído aos cursos de pedagogia a formação de professores capazes de atuar na educação infantil, anos iniciais do ensino fundamental e na educação de jovens e adultos que ficou especificado nos pontos III e IV do artigo 5º

Art. 5º O egresso do curso de Pedagogia deverá estar apto a:

III - fortalecer o desenvolvimento e as aprendizagens de crianças do Ensino Fundamental, assim como daqueles que não tiveram oportunidade de escolarização na idade própria;

IV - Trabalhar, em espaços escolares e não-escolares, na promoção da aprendizagem de sujeitos em diferentes fases do desenvolvimento humano, em diversos níveis e modalidades do processo educativo;

Após a percepção da complexidade da formação nos cursos de Pedagogia, a responsabilidade que é atribuída e o respaldo obtido pela lei pode-se verificar o quanto ainda é preciso evoluir. Olhar para EJA como modalidade de ensino e esquecer do docente que precisa de uma qualificação específica, um preparo mais amplo é um erro, uma adequação curricular por si só não é o suficiente. A EJA precisa de um olhar mais amplo para perceber a importância que essa modalidade de ensino tem, pois, o índice de analfabetismo ainda é alto atualmente e existe um público grande que precisa ser alcançado e recebido de braços abertos. O público-alvo da EJA precisa ver que irão receber uma educação de qualidade, que não serão tratados ou ensinados como as crianças, que as políticas públicas serão aplicadas corretamente que terão acesso a um ensino que os ajudem a se tornarem cidadãos esclarecidos política e socialmente.

A prática pedagógica docente perpassa os limites da sala de aula, após entendermos que as políticas educacionais precisam avançar, os cursos de Pedagogia precisam estar em constante evolução e tendo o aporte necessário para oferecer uma qualificação adequada e bem estruturada para os futuros docentes,

precisamos que esses docentes consigam aplicar práticas pedagógicas de acordo com o público que lhe é entregue.

Como Freire defende que o professor precisa ser reconhecido como um ser político.

Minha presença de professor, que não pode passar despercebida dos alunos na classe e na escola, é uma presença em si política. Enquanto presença não posso ser uma omissão, mas um sujeito de opções. Devo revelar aos alunos a minha capacidade de analisar, de comparar, de avaliar, de decidir, de optar, de romper (FREIRE, 1996, p. 98)

Entende-se que na prática pedagógica a ser utilizada na EJA precisa reconhecer que o docente é um mediador de conhecimento. Entender a necessidade dos alunos, reconhecer a realidade que vivem é necessário exatamente para não cair no erro de usar práticas infantilizadoras, precisa mediar seus saberes com os dos alunos criando assim um vínculo entre a sua realidade e a dos seus alunos, com isso ele consegue dar uma relevância, um significado ao que está sendo aprendido.

Por se tratar de um público bem específico a EJA precisa ser vista de mais perto, por mais avanços que tenham alcançados ainda a um longo caminho pela frente. Pôr a EJA também ser pertencente ao ensino regular o educador também pertence a ele, por isso grande parte do seu conhecimento e metodologias são voltados para a educação de crianças e adolescentes.

Os docentes que atuam com os jovens e adultos são, em geral, os mesmos do ensino regular. Ou eles tentam adaptar a metodologia a esse público específico, ou reproduzem com os jovens e adultos a mesma dinâmica de ensino-aprendizagem que estabelecem com crianças e adolescentes. (DI PIERRO, 2003, p.17)

Após compreender que os docentes que atuam na EJA são os mesmos atuantes no ensino regular, conseguimos entender parte do motivo de práticas infantilizadoras, já que toda a sua preparação e qualificação foi direcionada para alfabetizar o público infantil, acabem apenas usando os mesmos materiais usados com as crianças causando essa triste realidade da infantilização das práticas pedagógicas.

Por esse motivo a partir desse momento verificaremos a importância de um suporte adequado para os docentes da EJA. Além de uma qualificação abrangente e voltada para a educação de jovens e adultos é necessário materiais específicos para as necessidades desse público. Materiais didáticos produzidos exclusivamente para

essa modalidade de ensino e não apenas a adequação do material usado para o ensino infantil. Veremos como esses materiais são produzidos, o caminho percorrido com seus avanços e retrocessos.

3.1 O Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) e a EJA

O Programa Nacional do Livro didático foi criado por meio do Decreto nº 91.542 de 19 de agosto de 1985 durante o governo do presidente Jose Sarney. Foi criado com a intenção de valorizar o magistério mediante a participação direta do professor na escolha dos livros didático, assim como ajudando a reduzir os custos das famílias com a educação. Essa definição fica bem estabelecida na descrição dos dois primeiros artigos do decreto 91.542.

Art. 1º. Fica instituído o Programa Nacional do Livro Didático, com a finalidade de distribuir livros escolares aos estudantes matriculados nas escolas públicas de 1º Grau.

Art. 2º. O Programa Nacional do Livro Didático será desenvolvido com a participação dos professores do ensino de 1º Grau, mediante análise e indicação dos títulos dos livros a serem adotados.

Segundo o Ministério da Educação ele é descrito como um conjunto de ações voltadas para a distribuição de obras didáticas, pedagógicas e literárias. É destinado aos alunos e professores da educação básica de todo o país. Também abrange entidades filantrópicas e comunitárias conveniadas ao Poder Público.

Para entender como funciona o PNLD na prática, veremos como funciona o processo da escolha até o desfazimento dos livros didáticos. Apresentaremos de maneira resumida para conseguirmos visualizar como o processo é realizado.

Primeiro é gerado o termo de adesão e enviados para todas as redes de ensino. Após a assinatura é dada continuidade por meio de alguns passos:

- **Editais:** São realizados os cadastros dos dados sobre as obras, editores, autores e sucessores legais. Documentação relacionadas as obras ou editoras.
- **Triagem e avaliação:** Os livros selecionados são encaminhados a secretaria de educação básica responsável pela avaliação pedagógica e criação das resenhas dos livros.

- **Guia:** Documento oficial disponibilizado pelo Governo Federal para orientar as escolas.
- **Escolha:** Realizada de maneira conjunta ao corpo docente. O material escolhido será usado por 04 anos
- **Registro:** Feito no PDDE (Programa Dinheiro Direto na Escola) interativo estando ligado a um CPF e senha do gestor escolar.
- **Aquisição:** Executado pelo FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação), passando por negociações e licitações junto as editoras.
- **Produção:** O FNDE firma o contrato e informa a quantidade de livros a serem produzidos e para onde serão enviados.
- **Distribuição:** Contrato firmado entre FNDE e Correios. Enviados de maneira parcelada.
- **Recebimento:** Necessário uma pessoa responsável para estar disponível para receber o material de acordo com a programação dos Correios.
- **Remanejamento:** Ocorre quando os livros não são devolvidos corretamente ou em bom estado, para isso são feitas campanha de conservação tendo como meta 90% dos livros aptos a serem reutilizados.
- **Desfazimento:** Ao fim dos 04 anos de período de uso os materiais são doados aos alunos ou para entidades sem fins lucrativos.

Esse passo a passo foi retirado de uma videoaula intitulada de desvendando o PNLD ministrada pela professora Milena Paranhos que faz parte da gerência do ensino fundamental anos finais e na coordenação do livro didático da Secretaria de Educação (SEDUC) do estado de Goiás.

Após entender como é feito na pratica a aplicação do PNLD e para quê ele é destinado, podemos verificar que esse plano em sua teoria procura ofertar uma quantidade significativa de títulos a serem escolhidos em conjunto e que se adequam a realidade de cada local. O importante é ressaltar que com sua criação desde a década de 1990 a educação básica conta com esse programa de cunho nacional de acesso ao livro didático gratuito e de qualidade, porém a educação de jovens e adultos não é incluída em suas primeiras edições, ela contava apenas com alguns programas pontuais de distribuição de materiais didáticos, fazendo com que o problema da

reutilização dos materiais da educação infantil na EJA evidencie a infantilização do material disponibilizado para a EJA.

A seguir falaremos sobre se, e em que momento a EJA foi contemplada pelo PNLD e quais foram os desdobramentos dessa política.

4. MATERIAL DIDÁTICO PARA A EJA E SUAS CONTRADIÇÕES

A produção de material didático para alunos e professores da EJA teve início desde a primeira Campanha de Educação de Adultos (CEA) lançada em 1947 quando o Poder público produziu material didáticos voltados para o desenvolvimento da leitura, escrita e cálculos básicos de matemática, cidadania, higiene e saúde. Essas produções ocorreram enquanto durou a CEA por volta de 1950. No início dos anos 60 com o surgimento de várias propostas com viés da educação popular, o tema sobre a produção de material didático ficou em pauta pois tratavam a questão da diferença de opiniões a respeito das divergências existentes entre as diferentes propostas educacionais.

Nesses debates eram bastantes questionados a respeito do lugar dos materiais já pré-elaborados, principalmente quando se referiam ao processo de alfabetização. Por um lado, a metodologia criada por Paulo Freire que começaria a se expandir nacionalmente com uma educação crítica e libertadora, por outro, a educação tradicional e voltada para o meio político e elitista.

A partir da década de 90 surgiram vários documentos, fóruns, encontros nacionais que voltaram seus olhares para a produção de material didático específico para a Educação de Jovens e adultos, porém, foi nos anos 2000 que algumas mudanças significativas começaram a acontecer, por meio de Parecer: CNE/CEB 11/2000 que no trecho que se refere as Bases Legais das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos descrito na Declaração de Hamburgo diz que:

A educação de adultos torna-se mais que um direito: é a chave para o século XXI; é tanto consequência do exercício da cidadania como condição para uma plena participação na sociedade. Além do mais, é um poderoso argumento em favor do desenvolvimento ecológico sustentável, da democracia, da justiça, da igualdade entre os sexos, do desenvolvimento socioeconômico e científico, além de um requisito fundamental para a construção de um mundo onde a violência cede lugar ao diálogo e à cultura de paz baseada na justiça. (Declaração de Hamburgo sobre a EJA)

Já em 2004 foi criada a SECAD – Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade.

A partir desse momento iremos abordar a importância de um material didático de qualidade que oportunize ao aluno um real aprendizado, aproximando-o de sua

realidade e despertando seu interesse. Já abordamos sobre a criação do Programa Nacional do Livro Didático para o ensino básico agora veremos quais avanços ocorreram e o que agregou com a criação do PNLA - Programa Nacional do Livro Didático para a alfabetização de Jovens e Adultos.

No ano de 2007 a Resolução nº18 de 24 de abril de 2007 criou o PNLA com a finalidade de encarregá-lo da distribuição do material didático de maneira gratuita para as entidades que possuíam parceria do Programa Brasil Alfabetizado. Nessa mesma resolução informa que a reponsabilidade era do Fundo Nacional do Desenvolvimento e Educação (FNDE) e da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD). Foi apenas em 2009 com a Resolução de nº 51 de 16 de setembro que o PNLA foi absorvido pelo Programa Nacional do Livro Didático para a Educação de jovens e adultos (PNLD EJA) a partir daí deu-se início a distribuição do material didático para todas as escolas públicas do ensino fundamental. Na edição de 2014, o PNLD-EJA conseguiu mais um avanço relevante pois conseguiu aumentar seu raio de abrangência e alcançou todas as etapas da Educação Básica, da alfabetização, ensino fundamental, chegando até o ensino médio.

Nesse momento começamos a enxergar um avanço no que se refere a confecção e distribuição dos materiais didáticos. Lembrando do PNLD onde for descrito todo o processo de apresentação, oferta e escolha dos materiais didáticos, os materiais para a EJA ocorrem da mesma forma, assim que foram abertas as licitações para adquirir o material didático muitas editoras apenas apresentavam os mesmos livros da educação infantil para serem absorvido pela EJA.

Tomando como base as informações do dossiê da EJA de 2022 pode-se identificar claramente como os materiais didáticos fornecidos para a EJA eram visivelmente infantilizados e muitas vezes fornecendo conteúdos de maneira muito reduzida e sem muita qualidade. PNLD EJA de 2014 apresenta um guia dos livros didáticos identificando os desafios que se apresentavam na criação de uma educação de qualidade para o público jovem e adulto. Diante desse ponto de vista o programa tenta superar:

[...] o antigo quadro das produções caracterizadas, por vezes, pela infantilização, pela mera redução de conteúdos da Educação Básica regular, pela baixa qualidade do projeto gráfico-editorial e, de modo geral, nas propostas inadequadas sob a perspectiva didático-pedagógica, por serem alheios a diretrizes educacionais formuladas para a EJA (BRASIL, 2014, p. 15)

É necessário entender a diversidade do público da EJA, não se consegue abranger essa variedade em um único currículo, e o fato de reconhecer essa situação também não contribui para encontrar uma solução adequada.

De acordo com o MEC e baseado na Resolução de nº 51 de 16 de setembro de 2009 quando o Programa Nacional do Livro Didático para a Educação de jovens e adultos (PNLD EJA) foi criado, a partir de 2011 o Governo Federal irá distribuir livros didáticos voltados especificamente para a Educação de Jovens e Adultos. Ocorreu a distribuição desse material em todas as escolas públicas de ensino fundamental e entidades parceiras do Programa Brasil Alfabetizado.

Foi criado um edital com os critérios, normas e prazos para as editoras se inscreverem, a responsabilidade ficará por conta da SECAD - A Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade do Ministério da Educação foi a responsável pela avaliação dos títulos.

Mesmo com essa melhoria ainda conseguimos ver como existe abertura para o uso de material didático voltado para a educação básica. Segundo o diretor de ações educacionais do FNDE, Rafael Torino “As editoras que tiverem obras de alfabetização inscritas no PNLA (Programa Nacional do Livro Didático) de 2010 poderão migrar para a categoria de alfabetização do PNLD-EJA, aproveitando os mesmos livros” (Trecho retirado do portal do MEC - Obras para a educação de jovens e adultos serão distribuídas em 2011. p. 01)

Por isso precisamos refletir sobre como a EJA é colocada em segundo plano no que se refere a materiais didáticos de qualidade a criação do PNLD EJA foi um avanço tremendo, porém ele por si só não consegue contemplar tudo o que a Educação de Jovens e Adultos precisa, ele não pode atuar de forma independente. Para que consiga atender a realidade do público da EJA é necessário a ligação com a formação de educadores, o fornecimento de um ambiente de trabalho adequado para os professores e passar por uma extensa organização curricular.

Se essa integração não existir pode-se cair na mesma situação dos programas anteriores e a espera por uma educação igualitária, com materiais que forneçam um suporte real para o professor podem continuar sendo idealizadas e aguardadas com grande afinho.

Por não existir regras específicas e que realmente atendam ao EJA, o livro é que acaba sendo o único suporte para os professores, é ele que realmente vai definir o currículo, no entanto apenas esse material didático fornecido ao professor não pode garantir um real amparo diante de toda a complexidade que envolve o ensino para jovens e adultos. Os materiais precisam chegar a um nível de qualidade que consiga dar um melhor suporte para o professor e que atenda às necessidades dos alunos. Como foi visto durante toda a história da EJA apenas pequenas adequações, redução de conteúdos que empobrecem o material não conseguem se aproximar da realidade do público da EJA.

Nenhum material por se só resolve os problemas da EJA e não tem eficiência sem o professor, assim como o professor precisa ter qualificação e entender que esses alunos carregam consigo muitas experiências que precisa servir de apoio em sua alfabetização. É preciso também condições de trabalho adequadas, ser embasado em um excelente projeto-pedagógico.

Precisamos perceber que a EJA precisa assim como qualquer outra modalidade de ensino de um real investimento em seus vários aspectos. Investir na formação inicial e continuada dos professores, as universidades precisam abraçar cada vez mais no aperfeiçoamento dos futuros professores, tanto na graduação como em cursos de especialização. Sabemos o quanto é difícil para o público da EJA voltar para a sala de aula depois de já ter passado por ela e ainda mais difícil para aqueles que nunca tiveram acesso a sala de aula. O público da EJA é constituído basicamente por pessoas de renda muito baixa e que já tem um experiência de vida grande, pois aqueles que abandonaram e estão retornando, normalmente saíram para buscar seu sustento e os que nunca tiveram acesso a sala de aula normalmente trabalhavam no campo desde muito jovem ou não existiam escolas próximo de suas casas tornando inviável o acesso à educação.

Por mais conquistas que a EJA conseguiu alcançar, essas conquistas estão cheias de lacunas que ainda não foram preenchidas de maneira a ter esperança de uma evolução significativa e perene.

4.1 Perspectivas futuras sobre os materiais didáticos na EJA

Após os governos dos presidentes Luiz Inácio Lula da Silva (2003 – 2011) e Dilma Rousseff (2011 – 2016) que buscaram procurar soluções para a Educação de Jovens e Adultos, buscando a erradicação do analfabetismo, o incentivo para os alunos permanecerem na escola e uma real busca por melhoria na educação de maneira geral sem deixar de dar a devida importância para a EJA, a situação começou a entrar novamente em um processo de retrocesso preocupante.

O Ex-presidente da República Michel Temer após assumir a presidência após o processo de Impeachment da Ex-presidente Dilma Rousseff procurou mudar muito do que já tinha sido feito, não se importando se os programas funcionavam ou não se poderiam ser apenas melhorados e simplesmente zerou e começou tudo de novo.

Em 2019 já no governo de Jair Bolsonaro a SECAD - A Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade foi extinta e suas atribuições e responsabilidade não foram repassadas para nenhum órgão ou secretaria.

Os editais criados pela SECAD deixaram de existir junto com ela, por não haver um substituto os editais de solicitação para a renovação dos livros didáticos. Após o ano de 2017 não houve mais editais de reposição de livros didático, como não ocorreu em 2019 e por consequência em 2020 e 2022. No ano de 2020 ainda foi dado início, porém não foi concluído.

Por não ocorrer a reposição dos livros didáticos muitas secretarias de educação buscassem essa reposição por recursos próprios, no entanto por não ser uma negociação realizada por um órgão do MEC os valores cobrados pelas editoras ficaram bastante elevados, impossibilitando que fossem adquiridos novos livros para a Educação de Jovens e Adultos.

Após todos esses retrocessos ainda vale ressaltar que o MEC e o FNDE estão descumprindo várias resoluções e artigos como a Resolução de nº 51 de 16 de setembro de 2009 que garante a distribuição dos materiais didáticos específicos para a EJA de maneira gratuita e nacional.

No período do governo Lula no ano de 2006 foi criada uma série com 05 cadernos voltado para a Educação de Jovens e Adultos. Tinha como base o tema: Trabalhando com a Educação de Jovens e Adultos, cada volume tinha seu tema específico: o caderno 01 Alunas e alunos da EJA, 02 A sala de aula como um grupo

de vivência e aprendizagem, 03 e 04 falam sobre Observação e Registro, Avaliação e Planejamento e culminado com o 05 o processo de aprendizagem dos alunos e professores. Esses cadernos tinha o objetivo de apresentar situações reais, conhecidas aos professores e professoras permitindo a verificação dos modelos usados por ambos, comparando as suas práticas e permitindo a partir dessas verificações um aprofundamento nas questões teóricas.

É importante salientar esse tipo de iniciativa que ocorreu durante o governo Lula, e que quando falamos de materiais didáticos infantilizados, sempre ressaltamos a importância de um material específico para essa modalidade, a importância da qualificação do professor e esse material em específico viabilizar situações reais que precisam ser trabalhadas, situações geradas pelos alunos da EJA e é importante entender que isso é uma das iniciativas que se forem usadas corretamente podem causar uma mudança significativa na educação de jovens e adultos. Isso foi um material didático voltado para a qualificação dos professores e abordam assuntos que acontecem no dia a dia da EJA e que requerem do professor um conhecimento mais aprofundado para saber lidar com essas situações.

Usando o caderno 01 como exemplo podemos verificar a importância dos assuntos a serem tratados e tirar como exemplo algumas situações descritas. Na primeira parte 01 começa retratando a identidade dos alunos da EJA, suas visões de mundo, seus conhecimentos adquiridos e a procura da escola.

No início apresenta alguns relatos exemplificando as experiências do público da EJA, buscando aproximar a realidade do dos alunos a dos professores, buscando apresentar as dificuldades encontradas e as limitações que por muitas vezes os fazem desistir. No decorrer do texto são relatadas algumas reflexões feitas pelos alunos da EJA para mostrar para os professores as aspirações e desejos desses alunos. Como por exemplo:

Acredito que duas das minhas melhores qualidades são a perseverança e a esperança, porque já passei por inúmeras dificuldades, mas hoje sou melhor que ontem. Com as dificuldades a gente aprende a valorizar as conquistas.
Diocrésio (aluno da EJA). (HENRIQUES, 2006)

Isso demonstra o desejo de continuar crescendo na carreira acadêmica, alcançando novos objetivos e é isso que um professor da EJA deve inculcar em seus alunos, conhecer suas visões de mundo por mais variadas que sejam, buscar através

da experiência de seus alunos despertar o desejo de evoluir cada vez mais, dando o suporte adequado para alcançar suas metas.

Neste mesmo caderno é apresentado também as diferentes origens sociais e culturais. Apresentando a diversidade do público da EJA, sua composição é extremamente rica e variada. Os alunos são de idades, classes econômicas e realidades bem distintas. A grande maioria dos alunos da EJA é composta por pessoas de classe econômica baixa e que se encaixam dentro de uma vulnerabilidade social. Por mais que seja composta em sua maioria por pessoas com rendas muito baixas, existe uma diversidade grande, um alcance diferenciado, sem contar com as pessoas em áreas afastadas e pessoas do meio rural que além da questão da renda tem a distância e a falta de acesso por não conseguir acessar o local a escola ou lugar disponibilizado para as aulas.

Ao citar alguns aspectos e referências do caderno 01, verificamos que durante o governo do presidente Lula foi dado início a projetos significativos que visavam qualificar os professores para que a educação de adultos conseguisse chegar a um patamar mais elevado, tirando a percepção de um ensino fraco e sem qualidade. Por essas iniciativas entendeu-se o quão importante é um material didático de qualidade, se para os professores foi criado essa coletânea de cinco cadernos para que eles conseguissem atender melhor o público jovens e adultos o que dirá oferecer um material aos alunos que permitam uma compreensão mais clara e objetiva, que os façam entender a importância do conteúdo a ser repassado sem despertar o sentimento de que está sendo infantilizado. Com essa percepção mais apurada dos professores o alcance da EJA aumentaria exponencialmente e a evasão diminuiria significativamente.

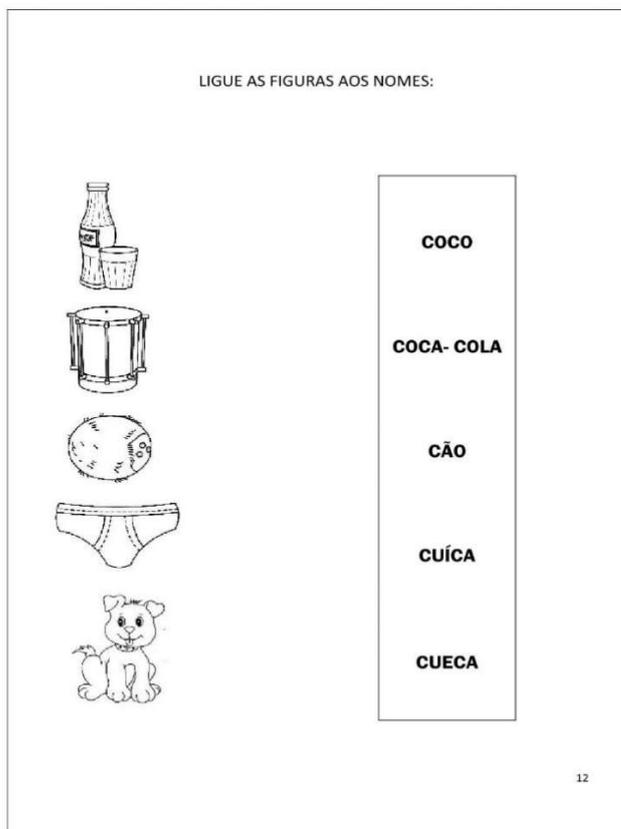
Tomarei como exemplo agora um material didático produzido diretamente para a EJA e verificaremos se esse tipo de material é infantilizado ou se atende o público-alvo de maneira satisfatória. Esse exemplar foi retirado do site: <https://educapes.capes.gov.br>, seus autores são da UNESP – Universidade Estadual Paulista – Júlio de Mesquita Filho, Gabriel Minutti Bueno de Godoy e Fábio Fernandes. Produzido em 27 de fevereiro de 2020. Esse material foi produzido no âmbito do Sistema Universidade Aberta do Brasil - UAB, a Diretoria de Educação a Distância - DED/CAPES desenvolveu um novo portal educacional online: o eduCAPES.

O eduCAPES é um portal de objetos educacionais para uso de alunos e professores da educação básica, superior e pós-graduação que buscam aprimorar seus conhecimentos. Busquei o material encontrado de forma gratuita oferecido pelo Ministério da Educação (MEC). Procurei me prender a quatro exemplos retirados do caderno para entendermos melhor como foram distribuídos os conteúdos

Iniciaremos com a página 16 do caderno que disponibiliza uma atividade de ligar o nome a figura. De acordo com a figura 01 conseguimos identificar uma atividade que é usada com frequência em livros e cadernos da educação básica. Isso também mostra o tipo de figura utilizado para chamar a atenção das crianças.

Para usar esse mesmo tipo de atividade, porém infantilizá-la menos poderiam ser usados figuras que se adequassem mais a realidade da EJA, como por exemplo: cadeira, colarinho, colher e assim por diante. Esse diferencial que se torna necessário para um bom acolhimento dos alunos, pois, além de usar uma atividade que é usada exaustivamente na educação infantil, os exemplos utilizados também remontam ao ensino voltado para as crianças, deixando de lado o que mais tem de diferencial na educação de jovens e adultos que são suas experiências o seu conhecimento de mundo, um acervo de informações que as crianças ainda não construíram, por isso precisam de exemplo mais simples.

Figura 01 – Ligue as figuras aos nomes



Fonte: Caderno de alfabetização (2020.p.12)

Ao decorrer das páginas verifiquei mais uma atividade de fixação que é bastante utilizada no meio de educação infantil. Essa atividade remete ao desenvolvimento da habilidade de conseguir vincular o objeto ao seu devido nome.

O desenvolvimento de tal habilidade é fundamental para a alfabetização e nesse caso apenas a forma que foi apresentada pode ser melhorada, a utilização de

imagens um pouco mais próximas a realidade melhoraria a serem vistas pelos alunos da EJA. Isto foi demonstrado na figura 02.

Figura 02 - Complete as palavras

VAMOS FORMAR OUTRAS PALAVRAS COM AS SÍLABAS, ESCRREVENDO O NOME DAS FIGURAS:

A	E	I	O	U
BA	BE	BI	BO	BU
NA	NE	NI	NO	NU









COMPLETE COM A SÍLABA QUE ESTÁ FALTANDO NAS PALAVRAS:

BA - BE - BI - BO - BU
NA - NE - NI - NO - NU

16

Fonte: Caderno de alfabetização (2020.p.16)

A última figura a ser analisada vem demonstrar o quanto é preciso repensar a forma que os materiais são apresentados, precisamos não infantilizar os materiais didáticos, porém precisamos verificar para não ultrapassar outros limites de maneira descuidada e desnecessária.

Na figura 03 a ser apresentada em seguida o texto se refere a moradia e apresenta um texto falando que todo mundo tem que ter um lugar para morar e após

o texto faz algumas perguntas para comentar sobre o texto. Veremos a figura 03 para compreendermos melhor.

Figura 03 - Moradia.

MORADIA



SEM CASA

TEM GENTE QUE NÃO TEM CASA,
MORA AO LÉU, DEBAIXO DA PONTE.
NO CÉU A LUA ESPIA
ESSE MONTE DE GENTE
NA RUA COMO SE FOSSE PAPEL.

GENTE TEM QUE TER
ONDE MORAR,
UM CANTO, UM QUARTO,
UMA CAMA,
PARA NO FIM DO DIA
GUARDAR O CORPO CANSADO,
COM CARINHO, COM CUIDADO
QUE O CORPO
É A CASA
DOS PENSAMENTOS.

Roseana Murray

1. **CONVERSANDO:**

- VOCE TEM UM LUGAR PARA MORAR?
- CONHECE ALGUÉM QUE NÃO TEM?
- VOCÊ ACHA QUE TODOS DEVERIAM TER UM LUGAR PARA MORAR? CONHECE PESSOAS QUE SÃO DESABRIGADAS?

46

Fonte: Caderno de alfabetização (2020.p.46)

O texto apresentado na figura 03 ao retratar a questão da moradia levanta uma questão extremamente presente na realidade dos alunos da EJA, pois boa parte os alunos são constituídos de pessoas que moram em lugares com pouca ou até mesmo nenhuma infraestrutura. Por esse ponto de vista podemos entender que é algo presente em sua realidade por isso será mais fácil de entenderem. O que vale ressaltar é que essas pessoas sofreram e ainda sofrem um intenso processo de exclusão, sofrem com o abandono social e governamental, com a falta do que é considerado essencial para a sobrevivência humana. Ao encontrarem forças para combater essa situação buscam a educação como forma de mudança da sua

realidade, buscam não só serem acolhidos pela sociedade de modo geral, mas buscam a compreensão dos seus direitos e aprender como lutar por eles.

Por esses motivos e muitos outros que a produção do material didático para EJA deve ser bem elaborada, buscando extrair o máximo de informações que possam ser usadas de maneira a agregar valores ao que está sendo ensinado. O fato de conhecer a realidade dos alunos, obtendo essas informações de maneiras simples sem tantas exposições ou constrangimentos.

Quando falamos de infantilização de material didático é exatamente só esse tipo de material que está totalmente ligado ao ensino infantil. Reutilizar materiais utilizados na alfabetização de crianças ou boa partes para a alfabetização de jovens e adultos é um dos erros mais básicos, pois lutar por direitos de melhores condições de trabalho, uma graduação mais específica ou especializações voltadas para a EJA suprimindo as dificuldades encontradas pelos professores e gerar um material infantil, reutilizado ou até mesmo apenas espremido para suprir a necessidade de materiais para a EJA é algo irracional.

4.2 Afirmação dos princípios didáticos e pedagógicos na EJA

A EJA como modalidade de ensino precisa trabalhar de maneira que todos os aspectos e necessidades específicas trabalhem de maneira coordenada. É de extrema urgência a formação de professores com qualificação voltada para o EJA, oferecendo cadeiras da graduação, especializações específicas que habilitem os professores para ao acessar as turmas de EJA possam estar preparados para enfrentarem a tamanha diversidade existente e conseguir oferecer uma educação de qualidade. Também é necessário que esses alunos e professores tenham um espaço adequado para conseguirem desenvolver um bom trabalho e para que os alunos se sintam acolhidos consigam assim aproveitar melhor o ambiente, motivando-os a retornar. Oferecendo um material didático de qualidade e compatível com suas realidades, que aproximem o aluno e seja bem utilizado pelos professores, que sejam um real apoio e não algo que vai ser deixado de lado para não tornar as aulas infantis.

Percorrendo todo o histórico da educação de jovens e adultos percebe-se que sempre que se falava em combater o analfabetismo pensavam sempre em grandes projetos e muitas fórmulas que dessem resultados rápidos para tirar esse estigma do

Brasil, porém, é necessário o respeito as conquistas que conseguimos obter durante todo esse caminho e procurar fazer da maneira certa. Incentivando aqueles que não conseguiram obter o seu direito a educação durante o período tradicional, mostrando que terão um ensino de qualidade e que com isso conseguiram alcançar tudo o que quiserem e não serão marcados como os excluídos que aprenderam a ler, escrever e contar e que não adquiriram conhecimento suficiente se comparados aos do ensino regular.

Durante a pesquisa sobre as aulas de EJA foi verificado que boa parte das vezes os professores preferem trazer uma matéria específico que acolha melhor o que vai ser repassado e que seja utilizado de maneira a aproximar mais os alunos. Em todos os artigos, trabalhos de conclusão de curso e textos de autores renomados é recorrente a questão principal para conseguir oferecer uma educação de qualidade. É necessário que os professores interajam com os alunos, se aproxime da sua realidade e possa aproveitar as experiencias dos próprios alunos, pois já possuem uma carga grande de experiencias vividas em seu dia a dia.

Por isso é necessário dar a devida importância material didático. Um professor com um material apropriado vai render muito mais e terá mais tempo de desenvolver outros projetos, mais tempo para interagir com os alunos para poder saber qual a realidade vivida por cada um e como ele poderá usar isso para ajudá-lo. Com o material apropriado o aluno não se sentirá excluído e poderá usar esse material em casa sem o receio de ser recriminado, isso é uma educação libertadora como sempre foi pregada por Freire. Essa educação visa tornar uma pessoa consciente de sua realidade e consciente do mundo a sua volta, obtendo uma consciência política.

A Educação de Jovens e adultos precisa libertar seus alunos por completo, não basta ler, escrever e contar é preciso que aprendam a usar por exemplo um caixa eletrônico, tenha uma inclusão digital para saber usar um e-mail, abrir uma conta bancaria, saber onde buscar seus direito caso venha acontecer algo consigo ou em sua comunidade, sabem que são os vereadores e o que fazem, isso é que é preciso para que o povo mais necessitado possa lutar por seus direitos e sabem onde e a quem recorrer.

É necessário quebrar esse ciclo histórico que sempre se aproveitou da população mais humilde e necessitada para conquistar seus objetivos sejam eles quais fossem. Procuravam usar a população de acordo com o que o governo ou as

elites precisavam ou também preocupando-se em baixar índices e não preocupados realmente com a educação. A EJA não pode mais ser tratada como uma segunda classe e sim com o seu devido lugar de destaque, que realmente pode causar uma real mudança na vida desse povo que tanto precisa.

O docente da EJA precisa entender o que foi dito por Paulo Freire que é preciso que o mesmo “se convença em definitivo de que ensinar não é apenas transferir conhecimentos, mas criar possibilidades para a sua produção ou a sua construção.”

No decorrer do processo de evolução e adequação da EJA passou o foco principal para a constante necessidade de docentes qualificados e focados em oferecer um ensino de qualidade para os discentes da EJA, em como suas práticas precisam se adequar as suas realidades e a buscar sempre trazer o conteúdo ensinado para mais próximo do dia a dia, oferecendo assim uma maior oportunidade de compreensão dos discentes. “o alunado da EJA, jamais poderá ter acesso a uma educação voltada para crianças, que estão no começo de suas vivências particulares, porque trazem uma “bagagem” de conhecimentos e experiências informais. Freire (2003).

O que pude perceber é que pouco ainda é feito no que se refere ao material oferecido a essa modalidade de ensino. O material didático ainda tem foco no ensino de crianças e é permeado exemplos infantis deixando para o docente a função de transformar aquele material em algo que seus alunos possam compreender sem perder o interesse ao que está sendo exposto, principalmente no que se refere a alfabetização de jovens e adultos.

É preciso que ele deixe o aluno expressar suas ideias, seus saberes para que não se sinta um aprendiz desmotivado e desprovido de conhecimentos, pois seus saberes do mundo muito contribuirão para a prática educativa. (GADOTTI, 2000, p. 39)

Por entender que o educar é algo vasto e complexo com uma gama enorme de variações é necessário o docente esteja não apenas preparado para essa modalidade específica, mas, também precisa estar cercado de ferramentas que o auxiliem nesse processo assim como também ajude aos discentes a ter uma maior facilidade de compreensão com materiais disponíveis que prendam sua atenção e interesse assim como o ajude a entender melhor o que lhe é transmitido pelo docente.

Assim, é fundamental que haja uma maior sensibilidade e responsabilidade ao produzir os materiais didáticos para a modalidade EJA. Respeitando o seu público-alvo e mostrando que não é uma questão de idade, que não é necessário voltar para práticas infantis para que um jovem ou adulto venha a ser alfabetizado.

Por isso a importância de políticas públicas voltadas para a EJA, a necessidade de criar materiais específicos e de qualidade. Após uma longa espera começamos a vislumbrar uma melhora significativa e muito esperada para a EJA. No dia 06 de julho de 2023 ocorreu a primeira reunião criada pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), em parceria com o Ministério da Educação (MEC), com o objetivo de debater o edital do Programa Nacional do Livro e do Material Didático da Educação de Jovens e Adultos (PNLD-EJA). Esse edital visa a criação de regras para a aquisição dos livros e materiais didáticos voltados para a EJA dos anos iniciais e ensino fundamental.

Esse é o primeiro passo de um longo caminho a ser percorrido, porém, nos mostra que estamos caminhando para uma nova etapa da Educação de Jovens e adultos e nos mostra a importância de um material de qualidade e voltado especificamente para essas modalidades de ensino. Como foi afirmado na reunião pela Sra. Nadja Cezar, coordenadora-geral do PNLD, a EJA demanda um material específico para os alunos desse modelo de ensino. “Sentíamos que nos faltava dispor de materiais didáticos voltados para essa modalidade da educação básica, que é tão importante e tão solicitada pela população”.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho conseguiu fazer um apanhado de forma geral sobre muitos aspectos da Educação de Jovens e Adultos, tais como o seu aspecto histórico, sua definição, práticas pedagógicas e a infantilização na produção do material didático.

Para entender toda a complexidade e desafios da Educação de Jovens e adultos foi necessário realizar uma pesquisa em vários aspectos dessa modalidade de ensino. Foi preciso conhecer como surgiram e quais dificuldades foram encontradas no decorrer de sua história. Perceber como a EJA sofreu preconceito e abandono, sendo revivida sempre que se tornava necessária para cumprir um objetivo, político, religioso ou para suprir uma demanda gerada pelas elites.

Já no século vinte sofreu com o oscilar dos governos, sendo usada como meio para conquistar as massas, oferecendo educação para o povo mais pobre, porém, essa educação repleta de falhas estruturais que não permitiam que o povo a acessassem de maneira que causasse uma mudança real em sua vida.

Verificamos também a questão das práticas pedagógicas, (por vezes exercida de forma contraditória e equivocada) entendidas como fundamentais para uma educação de qualidade. Esta deve observar e atender a necessidade de cada aluno para que todos recebam uma educação igualitária e conquistem seus objetivos na esfera educacional.

Ao levantar a questão da identificação dos materiais didáticos podemos concluir que ela existe e que não é um problema novo, porém, é um problema que deve estar sempre nas pautas de discussão, pois mesmo depois de vários avanços, vários programas criados, decretos e resoluções esse problema ainda é bem presente em nossa realidade educacional.

A fazer essa pesquisa podemos perceber como essa pauta ainda é vista de maneira superficial, pois a Educação de uma forma geral é um conjunto de fatores que precisam estar bem alinhados e funcionando em conjunto como uma orquestra para conseguir alcançar um nível de qualidade que só é alcançado quando todos os aspectos são vistos e respeitados.

Com a EJA não poderia ser diferente, porém em se tratando dessa modalidade, ela por si só já é bem complexa, pois possui muitas peculiaridades e para ser oferecida em um nível de qualidade que consiga confrontar a essa diversidade é preciso que

muita coisa muda. Os professores precisam de uma qualificação adequada, direcionada e contínua para conseguir se adaptar a tamanha diversidade que existe nessa modalidade de ensino. Precisa-se compreender que o público-alvo é composto por pessoas de realidades diferentes, idades diferentes e carregam consigo uma bagagem repleta de experiências que precisam ser vistas e utilizadas no processo de aprendizagem desses alunos e como um suporte adequado e eficiente precisam de materiais didáticos que se adequem às suas realidades.

O uso de materiais que são utilizados para a educação infantil além de não oferecerem o suporte necessário para o professor, o conduzem a usar práticas pedagógicas infantis e isso causa um estranhamento nos alunos, pois por fazerem parte de um grupo de pessoas experientes não se sentem à vontade sendo tratadas como crianças. Não podemos deixar de citar as condições de trabalho dos professores e que afetam diretamente os alunos, por muitas vezes estarem em salas de aulas em situação insalubre, sem os materiais básicos, colocando muitas vezes sua segurança em risco.

Não podemos esquecer que a população mais pobre é a que mais precisa da EJA e que o nosso país precisa diminuir cada vez mais essa quantidade ainda gigantesca de pessoas analfabetas. Temos a esperança de que agora novamente com um governo progressista e um presidente que luta por seu povo essa realidade possa mudar e que a população que mais precisa possa conseguir receber uma educação que os transforme em cidadãos críticos, reflexivos e políticos.

Assim, defendemos a institucionalização de uma Política Pública sistemática e de Estado para essa modalidade de ensino, para que as distorções das iniciativas postas em funcionamento ao longo da história, bem como as atuais, sejam prontamente corrigidas, a exemplo da temática em questão acerca dos livros didáticos.

6. REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Eliana Borges Correia de; FERREIRA, Andrea Tereza Brito. Programa nacional de livro didático (PNLD): mudanças nos livros de alfabetização e os usos que os professores fazem desse recurso em sala de aula. **Ensaio: avaliação e políticas públicas em educação**, v. 27, p. 250-270, 2019.

AMORIM, A.; DUQUES, M. L. F. Formação de educadores de EJA: caminhos inovadores da prática docente. *Educação*, [S. l.], v. 40, n. 2, p. 228–239, 2017. DOI: 10.15448/1981-2582.2017.2.22483. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/faced/article/view/22483>. Acesso em: 29 jun. 2023.

BRAGA, Rosa Maria Silva; DE OLIVEIRA, Lucia Torres. Marcas dos Países Imperialistas na constituição e reorganização da Educação Brasileira. **Anais do Simpósio Linguagens e Identidades da/na Amazônia Sul-Occidental**, n. 1, 2016.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. O que é método Paulo Freire? 2006

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB. 9394/1996. BRASIL.

BRASIL, Justbrasil. CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL: Artigo 208 inciso I. **ALUNAS E ALUNOS DA EJA**, 1988. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/topicos/10650040/artigo-208-da-constituicao-federal-de-1988>. Acesso em: 26 jun. 2023.

CAVALCANTI, Andreyra Rafayella Santos. A infantilização das práticas pedagógicas na educação de jovens e adultos. 2019.

CARDOSO, Marcélia Amorim; PASSOS, Gisele de Andrade Louvem dos. Reflexões sobre a Educação de Jovens e Adultos e a formação docente. **Revista Educação Pública, Rio de Janeiro**, v. 16, n. 25, p. 1-7, 2016.

COPATTI, Carina; ANDREIS, Adriana Maria. POLÍTICA NACIONAL DO LIVRO DIDÁTICO: ENTRE A DEMOCRATIZAÇÃO DO ACESSO E A AMPLIAÇÃO DA INFLUÊNCIA DO MERCADO PRIVADO. **Encontro Nacional de Educação**

(ENACED) e Seminário Internacional de Estudos e Pesquisa em Educação nas Ciências (SIEPEC), n. 1, 2020.

CURY, Carlos Roberto Jamil. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos. **Parecer CEB nº: 11/2000**, 2000. Disponível em: chrome-extension://efaidnbnmnnibpcajpcgclclefindmkaj/http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/PCB11_2000.pdf. Acesso em: 17 jun. 2023.

DA SILVA, ANTONIO GOMES. ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO TUX PAINT: UMA PROPOSTA DE LETRAMENTO NA EJA. **ANAIS DO II SEMINÁRIO LINGUAGENS, TECNOLOGIAS E PRÁTICAS DOCENTES**, p. 9.

DE MELLO, Paulo Eduardo Dias. Programas de materiais didáticos para a EJA no Brasil (1996-2014): trajetória e contradições. **Atos de Pesquisa em Educação**, v. 1, n. 10, p. 80-99, 2015.

DE LIMA, LEONORA AMANDA; BARBOSA, MARIA EMÍLIA CHERULLI ALVES. OS DESAFIOS DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS. **REVISTA EDUCAÇÃO, SAÚDE E MEIO AMBIENTE**, p. 151.

DI PIERRO, Maria Clara. Alfabetização de jovens e adultos no Brasil: lições da prática. 2008.

DE SOUZA DESCARDECI, Maria Alice Andrade. Ler o mundo: um olhar através da semiótica social. **ETD-Educação Temática Digital**, v. 3, n. 2, p. 19-26, 2002.

EM PROGRAMA, Programa. Alfabetização de jovens e Adultos no Brasil: de. **Alfabetização e seus sentidos: o que sabemos, fazemos e queremos?** p. 91, 2014.

FREIRE, P. *Pedagogia do Oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra: 1987.

FRIEDRICH, M. et al. Trajetória da escolarização de jovens e adultos no Brasil: de plataformas de governo a propostas pedagógicas esvaziadas. *Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação*, v. 18, n. 67, p. 389–410, abr. 2010.

FNDE, Assessoria De Comunicação Social. Obras para a educação de jovens e adultos serão distribuídas em 2011. **Programa Nacional do Livro e do Material**

Didático (PNLD), 2009. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=1L3NwTTWwj4>. Acesso em: 15 jul. 2023.

GADOTTI, Moacir. Educação popular e educação ao longo da vida. 2016.

GADOTTI, Moacir. Agenda 21 e carta da terra. **Revista Verde Grande: Geografia e Interdisciplinaridade**, v. 1, n. 4, p. 128-136, 2008.

GODOY, Gabriel Minutti Bueno De. Caderno de alfabetização. **GABRIEL MINUTTI BUENO DE GODOY**, 2020. Disponível em: <chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcgclefindmkaj/https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/583371/2/produto-caderno-de-alfabetizacao.pdf>. Acesso em: 25 jul. 2023.

GOMES, Irene. Em 2022, analfabetismo cai, mas continua mais alto entre idosos, pretos e pardos e no Nordeste. **IBGE NOTÍCIAS**, 2022. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/37089-em-2022-analfabetismo-cai-mas-continua-mais-alto-entre-idosos-pretos-e-pardos-e-no-nordeste>. Acesso em: 05 jun. 2023.

HADDAD, Sérgio; DI PIERRO, Maria Clara. Escolarização de jovens e adultos. **Rev. Bras. Educ.**, Rio de Janeiro, n. 14, p. 108-130, jul. 2000. Disponível em http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782000000200007&lng=pt&nrm=iso. acessos em 21 set. 2023

HARACEMIV, Sonia Maria Chaves; SOEK, Ana Maria; LIMA, Francisca Vieira. **FORMAÇÃO DOCENTE NA EJA: REALIDADE, DESAFIOS E POSSIBILIDADES DE CONSTRUÇÃO A PARTIR DO CHÃO DA ESCOLA.**

HENRIQUES, Ricardo. TRABALHANDO COM A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS. **ALUNAS E ALUNOS DA EJA**, 2006. Disponível em: chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcgclefindmkaj/http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/eja_caderno1.pdf. Acesso em: 05 jun. 2023.

MARQUES, Poliane de Oliveira. História da Educação de Jovens e Adultos (EJA) no Brasil: breves reflexões. Trabalho de Conclusão de Curso, João Pessoa; 2018. Disponível. 2022.

MIRANDA, Iana da Cruz et al. A contribuição da ludicidade no desenvolvimento das crianças da educação infantil. 2022.

MONTEIRO, Wesla. Movimento pela base. **observatório**, 2023. Disponível em: <https://observatorio.movimentopelabase.org.br/>. Acesso em: 15 jun. 2023.

PAIVA, Vanilda Pereira. **Educação Popular e Educação de Adultos**. 5º Ed. São Paulo: Loyola, Ibrades, 1987.p. 89 e 178

PARANHOS, Milena. DESVENDANDO O PNLD. **Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD)**, 2022. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=1L3NwTTWwj4>. Acesso em: 23 jul. 2023.

PIVETTA, Patrícia Brondani. Desafios e perspectivas em educação de jovens e adultos. 2005.

PORCARO, Rosa Cristina. A história da educação de jovens e adultos no Brasil. **Universidade Federal de Viçosa**, 2004.

SANTOS, Deyseane Santana dos; AZEVEDO, Grace Mary Nunes de; DANTAS, Maria de Fatima Vasconcelis. Continuar a aprender: entre o desafio e a realidade da EJA nos dias atuais. 2013.

SARNEY, José. Decreto nº 91.542. **Legislação Informatizada**, 1985. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1980-1987/decreto-91542-19-agosto-1985-441959-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 19 ago. 2023.

SCORTEGAGNA, Paola Andressa; DA SILVA OLIVEIRA, Rita de Cássia. Educação de Jovens e Adultos no Brasil: uma análise histórico-crítica. **Revista Eletrônica de Ciências da Educação**, v. 5, n. 2, 2006.

SCOCUGLIA, Afonso Celso. **Educação de Jovens e Adultos: histórias e memórias da década de 60**. Autores Associados, 2003.

SOARES, Jandson Bernardo; SOUZA, Wendell de Oliveira. Memorial do PNLD: elaboração, natureza e funcionalidade. **Anais eletrônicos da XIX Semana de Humanidades. Natal**, 2011.

STRECK, Danilo R. Uma pedagogia do movimento: os movimentos sociais na obra de Paulo Freire. **Revista de Educação Pública**, v. 18, n. 36, p. 165-177, 2009.

STRELHOW, Thyeles Borcarte. Breve história sobre a educação de jovens e adultos no Brasil. **Revista HISTEDBR on-line**, v. 10, n. 38, p. 49-59, 2010.

Xavier, Cristiane Fernanda. História e historiografia da Educação de Jovens e Adultos no Brasil - inteligibilidades, apagamentos, necessidades, possibilidades. *Revista Brasileira de História da Educação* [online]. 2019, v. 19 [Acessado 16 maio 2023], e068. Disponível em: <<https://doi.org/10.4025/rbhe.v19.2019.e068>>. Epub 29 Jul 2019. ISSN 2238-0094. <https://doi.org/10.4025/rbhe.v19.2019.e068>.